

(Antônio Carlos Biffi)

Ressalta-se que na CTASP houve ampla possibilidade de participação em audiência pública, que contou com representantes dos

Papiloscopistas, Peritos Criminais e até do Ministério da Justiça, promovendo o debate, fartamente enriquecido com o saber e a experiência de inúmeros deputados oriundos da Segurança Pública e que reconhecem o elevado valor do trabalho pericial realizado pelos Papiloscopistas e a gravidade do tema.

Portanto, diante de novos esclarecimentos, debates públicos e diálogo aprofundado com a classe, **refaço meu posicionamento** em discordância aos argumentos elencados no Recurso nº 424/2010.

Nesse sentido, aproveito a oportunidade para destacar que, nas últimas décadas o trabalho legítimo exercido pelos papiloscopistas policiais federais e estaduais tem servido de prova para milhares de processos criminais, cíveis e de extradição. Reconheço, hoje, que o não reconhecimento da oficialidade e legalidade da função pericial dos papiloscopistas enseja a insegurança jurídica, vai contra o interesse da coletividade e pode provocar o questionamento de provas legítimas em processos cíveis e criminais, com graves repercussões para o bem-estar social.

Portanto, após aprofundamento do tema, **solicito a retirada de tramitação do Recurso nº 424/2010**, e requeiro que seja reconhecida a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 5649, de 2009, pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Esse é o objetivo do presente requerimento, que apresento tempestivamente para seu processamento e apreciação.

Sala das Sessões,                      em de maio de 2010.

**ANTONIO CARLOS BIFFI**

Deputado Federal – PT/MS